

PROMESSA DE COMPRA E VENDA

CLÁUSULA DE INALIENABILIDADE

Recurso ap. Cível 2.529/88
Tribunal TJPR

CONTRATO — AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO - DANO MATERIAL - DEVOLUÇÃO DE CHEQUE - ENCERRAMENTO - ART. 1.521/CC - ART. 932/NCC - LEI 10.406/02

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ...ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE (qualificação), portador da Carteira de Identidade/RG nº....., e inscrito no CPF/MF sob o nº, residente e domiciliado na Rua nº, na Comarca de, e (qualificação), portadora da Carteira de Identidade/RG nº, inscrita no CPF/MF sob o nº, residente e domiciliada na Comarca de, na Av. nº, vêm, respeitosamente a presença de Vossa Excelência, propor a presente AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO, CUMULADA COM DANOS MORAIS contra, inscrito no CGC/MF sob o nº, sediado na Comarca de, na Rua nº, com fulcro no artigo 159 do CC e pelos motivos de fato e direito abaixo aduzidos: PRELIMINARMENTE: DA CUMULAÇÃO DOS PEDIDOS A melhor doutrina e jurisprudência não vacila em acolher a cumulação dos pedidos de reparação de danos materiais (patrimoniais) com danos morais (extrapatrimonial), desde que oriundos do mesmo fato. A propósito do tema, vejamos o correto enfoque da matéria por parte da doutrina: "Não cabe, por outro lado, considerar que são incompatíveis os pedidos de reparação patrimonial e indenização por dano moral. O fato gerador pode ser o mesmo, porém o efeito pode ser múltiplo." (Caio Mário, Responsabilidade Civil, Forense, 2ª Edição, pg. 63., nº 45) A jurisprudência, por sua vez, já era farta e unânime, ainda na vigência do Código Civil de 1916, quanto à independência e cumulatividade das pretensões: "Súmula nº 37 do STJ: São cumuláveis as indenizações por dano moral oriundos do mesmo fato." "A ofensa à integridade física da pessoa comporta reparação autônoma pelo dano moral, além da que prestada pelo dano patrimonial. Influência da Constituição de 1988 para a tese da reparação acumulada." (Ac. do 2º Grupo de Câmaras Cíveis, nos E. Infrs. 139/89, na ap. Cível 2.529/88, j. - 27/09/89). "O dano moral é indenizável, a título de sanção civil, sendo admissível sua cumulação com os da nos materiais." (j. 31/05/89, ADV Jurisprudência, 1990, pg. 713). Sendo certa a cumulação dos pedidos, não há como acolher-se interpretação em sentido contrário, pois é maciço e dominante os entendimentos retro citados. DOS FATOS 1. Os requerentes, respectivamente e, em, abriram uma conta corrente no, ora requerida, na agência nº, na Comarca de Na oportunidade, foi oferecido um limite de crédito aos requerentes, pois o primeiro requerente Sr., já movimentava outras contas na mesma agência, sendo o mesmo tratado como um dos maiores correntistas do referido Ao fechar o Contrato de Abertura de Conta Corrente, chamado de Super Cheque, ofereceram ao 1º requerente um limite de crédito de R\$, que seria renovado automaticamente a cada três meses, sendo debitado na conta corrente dos mesmos, apenas o valor da respectiva renovação, ou seja, as famosas taxas bancárias. Ocorre que, a referida conta corrente, era movimentada principalmente pela segunda requerente, Srta., pois, a mesma estuda na, morando sozinha, e precisava, na época, de uma conta corrente num banco que lhe fornecesse crédito mais rápido, pois necessitava a todo momento retirar dinheiro para seu sustento na Comarca de 2. Em, o 1º requerente se aposentou, conjuntamente com sua esposa, que é, e ambos decidiram mudar-se de, para Como já havia essa possibilidade, o 1º requerente manteve a conta corrente em aberto para que eventuais pagamentos de débitos existentes na cidade de fossem depositados naquela conta, pois o 1º requerente ainda era sócio de duas rádios FM e AM naquela cidade, informando o referido banco, na pessoa do seu gerente, que o mesmo se encontraria através de seu telefone celular, passando o número do telefone a figurar no talão de cheques dos requerentes. 3. Em de de, foi debitado na conta corrente dos

requerentes, a quantia de R\$, conforme comprova pelo extrato de operações datado de .../.../..., em, referente a taxa de renovação automática de limite. 4. O 1º requerente movimentava a conta corrente normalmente, efetuando depósitos e saques, inclusive utilizando os talões de cheques enviados pela agência de para outra agência em, na Comarca de, para facilitar a movimentação bancária dos requerentes. 5. No mês de, o requerente e sua esposa, mudaram-se para a cidade de, no interior do, onde exercem a profissão de, em uma, muito conhecida naquela Cidade, sendo esta um presente de sua filha. 6. A con